

Relatório de Visita de Correição

Palmeiropolis

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais,
Interdições e Tutelas

Relatório de Visita de Correição

SUMÁRIO

Dados da Correição	4
Equipe Correicional	5
Dados da Cartório	6
Introdução.....	7
Metodologia.....	9
Funcionários.....	10
Mobiliário e Serviços (Art. 64, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)	11
Estrutura Física (artigos 64, 65 e 66 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO).....	16
Sistema de Gestão Integrado das Serventias Extrajudiciais - GISE - Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	17
Taxa de Fiscalização Judiciária, Funcivil e Funcese - Situação Geral	18
Justiça Aberta (Provimento n. 24/2012/CNJ)	19
Metas e Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ	20
Comunicações Obrigatórias - Registro Civil de Pessoas Naturais.....	21
Registro de Nascimento sem Paternidade Declarada e Reconhecimentos de Paternidade.....	23
Das Centrais.....	24
Boas Práticas da Serventia	26
Das Premiações e Programas de Qualidade	27
Das Reclamações Recebidas	27
Dos Questionamentos Formulados pelo Delegatário(a) e ou Interino(a)	28
Obrigações Tributárias	28
Malote Digital.....	28
Livro Controle de Depósito Prévio (Provimento n. 45/2015 CNJ).....	29
Livro de Visitas e Correições (Provimento n. 45/2015 CNJ)	29
Livro Registro Diário da Receita e da Despesa (Provimento n. 45/2015 CNJ)	29
RCPN - Livro A - Registro de Nascimento (Lei n. 6.015/73 - Art. 33, I).....	31
RCPN - Livro B - Registro de Casamento (Lei n. 6.015/73 - Art. 33, II).....	39
RCPN - Livro B Auxiliar - Registro de Casamento Religioso com Efeito Civil (Lei n. 6.015/73 - Art. 33, III) .	43
RCPN - Livro C - Registro de Óbitos (Lei n. 6.015/73 - Art. 33, IV)	48
RCPN - Livro C Auxiliar - Registro de Natimortos (Lei n. 6.015/73 - Art. 33, V)	51
RCPN - Livro D - Registro de Proclama (Lei n. 6.015/73 - Art. 33, VI)	53

Relatório de Visita de Correição

RCPN - Livro de Protocolo - Art. 692, I do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO.....	54
RCPN - Livro E Auxiliar - Registro de Emancipações, Interdições e Outros (Lei n. 6.015/73 - Art. 89).....	57
Comentário Geral dos Livros	59
Observação Geral	60
Conclusão.....	61
Assinaturas	62



Relatório de Visita de Correição

Dados da Correição	
Comarca	Palmeirópolis
Cidade	Palmeiropolis
Cartório	Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas
Ato de Nomeação	Número 001
Data da Correição	27/02/2023

Relatório de Visita de Correição

Equipe Correicional	
Função	Nome
Corregedora-Geral da Justiça	MAYSA VENDRAMINI ROSAL
Juiz Auxiliar Supervisor dos Serviços Notariais e de Registro	ESMAR CUSTODIO VENCIO FILHO
Coordenador dos Serviços Notariais e de Registro	Wagner José dos Santos
Chefe da Divisão da Correição e Fiscalização	Carla Rejany Pimenta de Andrade
Assessora Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Camilla Araújo Matos
Assessora Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Ludiana Costa
Assessora Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Palloma Pereira Cavalcante



Relatório de Visita de Correição

Dados da Cartório	
Oficial(a)	Neiva Nunes Silva Sousa
Situação Funcional	INTERINO
Portaria/Decreto	Número 001
CPF	348.768.631-72
CNPJ	09.451.021/0001-06
Número CNJ	12.719-1
Telefone	(63)3386-1471
E-mail	neiva-sousa.cartorio@hotmail.com
Endereço	CENTRO Av. Castelo Branco Nº 1438 cep 77365000

Relatório de Visita de Correição

Introdução

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado para o acompanhamento da Correição Geral Ordinária, realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça, no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da comarca de Palmeirópolis/TO, com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais - GISE e nas informações coletadas pela equipe correcional, durante a visita realizada no dia 27/02/2023.

No tocante à competência institucional, a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão integrante da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sendo responsável pela orientação, correição e inspeção das Unidades Extrajudiciais (Tabeliães e Registradores, titulares e interinos) do Estado, nos termos definidos pela Lei Complementar nº 10/1996 (Lei Orgânica do Poder Judiciário Tocantinense); Lei Complementar nº 112/2018 (Dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins); Resolução nº 104/2018 (Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins) e Resolução nº 8/2021 (Dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins e dá outras providências).

Deste modo, com objetivo de dar publicidade às atividades correcionais, publicou-se a Portaria nº 259/2023 - CGJUS/ASJECGJUS, de 08 de fevereiro de 2023, que estabeleceu o calendário da Correição Ordinária a ser realizada nas Serventias Extrajudiciais do estado (ano calendário 2023).

E, em conformidade com a Portaria nº 400/2023 - CGJUS/2JACGJUS/CSEX/DIVCOREX, de 22 de fevereiro de 2023, os poderes para inspecionar e orientar as Serventias Extrajudiciais foram estabelecidos com a determinação de expedição de todos os atos necessários e publicações, comunicações e convocações, inclusive da equipe designada para auxiliar o Juiz Auxiliar Supervisor dos Serviços

Relatório de Visita de Correição

Notariais e de Registro, Esmar Custódio Vêncio Filho, nos trabalhos, na forma do Provimento nº 3/2023 CGJ-TO.

Relatório de Visita de Correição

Metodologia

A equipe correcional, no que tange à fiscalização dos atos praticados, verificou a organização e a técnica dos serviços, analisando se o Notário ou Registrador cumpriu na íntegra todas as deliberações da correição anterior; os dados da serventia; estrutura física, funcional e mobiliária; tributos; segurança física e digital dos dados e acervo da serventia e metas e diretrizes da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, atendimentos às centrais, bem como os livros e documentação que deram origem aos atos, por amostragem.

Analisou-se, também, o índice de presteza e qualidade do atendimento, mediante a observação do tempo de espera e da adequação dos serviços, colhendo depoimentos dos usuários dos serviços durante a visita institucional.

Quanto às ferramentas de fiscalização concernentes à segurança e à autenticidade dos atos praticados, inspecionou-se a sistemática, descrição dos selos nos atos e se declarados no item correto da tabela de emolumentos respectiva, se os sistemas de automação utilizados pela serventia atendem aos padrões tecnológicos e de segurança para proteção e conservação dos dados.

No tocante à verificação das instalações prediais e da estrutura mobiliária e de equipamentos, a equipe correcional levantou a qualidade estrutural do prédio, utilizando critérios previamente definidos, que têm por escopo aferir a adequabilidade das dependências para a prestação dos serviços e a segurança e conservação dos livros e documentos do cartório.

Relatório de Visita de Correição

Funcionários		
CPF	Nome	Cargo / Função
64887634153	Neuza Nunes Da Silva	Administrativo I
	Achado Ocorrência O documento colacionado no registro funcional da preposta é a ficha de empregado. A CGJUS/TO a contatou previamente para que atualizasse os documentos funcionais da preposta (CTPS e cartão de assinatura). Em vista ao registro funcional, denota-se que a situação de irregularidade perdura. Deliberação Diante da situação pontuada, a Interina deverá seguir o orientado pela Corregedoria, promovendo a atualização do documento que consta anexo ao cadastro da preposta no Registro Funcional do sistema GISE. O documento correto para a demonstração do vínculo é a Carteira de trabalho da preposta. Ademais, deverá indicar o número da Matrícula CEI da serventia, o qual a Interina fez a contratação da preposta em questão.	- Oficial Substituto
76457745172	Jose Francisco Pereira	Juiz de Paz
	Observação Ocorrência Em vista ao Registro Funcional da serventia no sistema GISE, notou-se que o Sr. José Francisco não é mais o Juiz de Paz desde 10/02/2023. A irregularidade do termo de nomeação do Juiz e Paz será devidamente pontuada abaixo.	- Juiz de Paz
Comentários Gerais		

Relatório de Visita de Correição

Achado 1	Ocorrência Do registro funcional notou-se que o atual Juiz de Paz da serventia é o Sr. Marcelo Pereira da Silva, cuja nomeação foi feita pela própria Interina, situação que se perfaz irregular. Na oportunidade, foi dada ciência a Interina de que deverá oficializar a Juíza Corregedora da Comarca, indicando o Juiz de Paz e seu Substituto automático, para a devida nomeação, e posteriormente à nomeação, deverá atualizar o registro funcional dos Juizes no sistema GISE. Deliberação A Interina deverá seguir a orientação consignada durante o trabalho correcional.
----------	--

Mobiliário e Serviços (Art. 64, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)		
Código	Descrição	Resposta
228	É observada a prioridade de atendimento às pessoas com necessidades especiais, lactantes, grávidas e idosos, exceto na prioridade do registro, prevista em lei? (art. 149, XI, Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)	Sim
229	Os móveis, utensílios, máquinas e equipamentos são adequados para um bom atendimento? (Art. 64, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO) Observação Ocorrência O cartório conta mesas e cadeiras, que se mostram suficientes à atender a demanda da serventia, bem como armários novos para organização e conservação dos livros. A serventia é climatizada. Possui bebedouro e banheiro à disposição dos usuários. Possui câmera de segurança e extintor de incêndio, visando a segurança do Cartório.	Sim

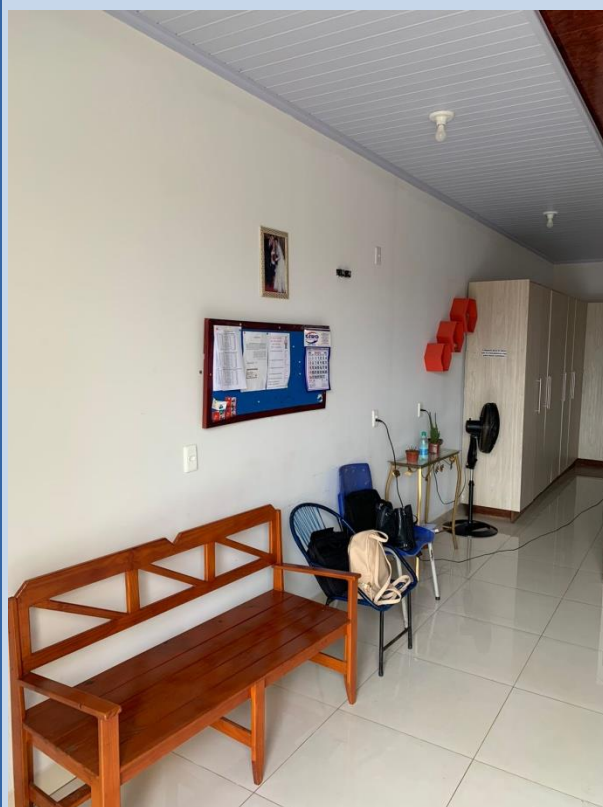
Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição

Comentários Gerais

Estrutura Física (artigos 64, 65 e 66 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)

Código	Descrição	Resposta
82	Edifício	Próprio
23	Quantidade Ambientes	3
24	Identificação Externa	Sim
57	Localização	Fácil Acesso
83	Segurança	Sim
75	Porta	Vidro
84	Piso	Bom
85	Pintura	Boa
86	Instalação Elétrica	Bom
93	Infiltração	Não
17	Balcão	Sim
87	Ar condicionado	Sim
89	Janelas	Sim
92	Banheiro	Sim
	Achado	
	Ocorrência	

Relatório de Visita de Correição

	O banheiro da serventia conta com a porta alargada, todavia, não possui barras de apoio. Deliberação No que concerne à acessibilidade, a Interina deverá apresentar "plano de ação" para a adequação do banheiro à pessoa com deficiência (PcD), em cumprimento à Lei n. 13.146/2015, visando o acesso de forma segura e independente por essas pessoas.	
148	Acessibilidade geral	Sim
230	Arquivo Físico	
Comentários Gerais		

Sistema de Gestão Integrado das Serventias Extrajudiciais - GISE - Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código	Descrição	Resposta
94	Tabela de Custas e Emolumentos	Regular
143	GISE - Comunica não lidos 48h após o recebimento (6 meses) Achado Ocorrência Durante o trabalho correcional foi dada a ciência à Interina acerca do número de Comunicas lidos fora do prazo, oportunidade na qual esta se comprometeu a atentar-se às comunicações lá recebidas. Deliberação Nos termos do artigo 342 do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO, as serventias extrajudiciais ficam obrigadas a realizar o monitoramento diário dos	11

Relatório de Visita de Correição

	expedientes recebidos via Comunica, atentando-se para o devido cumprimento de prazos e determinações. Salienta-se que nos termos do artigo 343, parágrafo único do referido Provimento, a contagem dos prazos estipulados nos expedientes remetidos via Comunica inicia-se após 48 (quarenta e oito) horas, contado da data e horário de envio registrado no Comunica. Assim, a Interina deverá observar as disposições acima consignadas.	
98	GISE - Pendência em registro de Atos	1
157	GISE - Selos cancelados desde a última correição ou últimos 12 meses	0
158	GISE - Selos ajustados desde a última correição ou últimos 12 meses	0
Comentários Gerais		

Taxa de Fiscalização Judiciária, Funcivil e Funcese - Situação Geral		
Código	Descrição	Resposta
115	Débitos TFJ na Ficha Financeira de 04/2019 até hoje	0,00
113	Débitos TFJ na Ficha Financeira de 08/2017 até 03/2019	0,00
111	Débitos TFJ na Ficha Financeira de 11/2011 até 06/2017	0,00
117	Débitos TFJ na Ficha Financeira referente multas	0,00

Relatório de Visita de Correição

118	Débitos TFJ na Ficha Financeira referente juros	0,00
144	Débitos Funcese na Ficha Financeira de 04/2019 até hoje	0,00
116	Débitos Funcivil na Ficha Financeira de 04/2019 até hoje	0,00
114	Débitos Funcivil na Ficha Financeira de 08/2017 até 03/2019	0,00
112	Débitos Funcivil na Ficha Financeira de 11/2011 até 06/2017	0,00
119	Débitos Funcivil na Ficha Financeira referente multas	0,00
120	Débitos Funcivil na Ficha Financeira referente juros	0,00
Comentários Gerais		

Justiça Aberta (Provimento n. 24/2012/CNJ)		
Código	Descrição	Resposta
197	Portal Justiça Aberta - Provimento n. 24/2012/CNJ	Irregular
Comentários Gerais		
Achado 1	Ocorrência	
	Da análise, constatou-se que o número de atos praticados e valores arrecadados estão divergentes quando consultados no sistema GISE e portal Justiça Aberta.	
	Além disso, consta informação no campo “Força de Trabalho”, no portal Justiça Aberta, da existência de funcionário estatutário prestando serviços, bem como a inexistência de Substituto cadastrado.	
	Durante o trabalho correcional foi dada ciência a Interina acerca desta irregularidade, oportunidade na qual esta informou que já está promovendo a sua adequação.	
Achado 1	Deliberação	
	Diante da situação levantada pela equipe correcional, deverá a Interina	

Relatório de Visita de Correição

providenciar a correção dos valores que representam sua arrecadação semestral bruta no portal Justiça Aberta, nos dois últimos períodos fechados, devendo, ainda, realizar a correção de eventuais divergências relativas aos anos anteriores informados, bem como retificar as informações e prestar esclarecimentos.

Ato seguinte, deverá informar no portal a sua Substituta, bem como proceder com a alteração da informação contida no campo relativo a "Funcionários em Regime Estatutário", devendo constar apenas o número 0 (zero), pois inexistente funcionário prestando serviços na serventia sob o regime jurídico de contratação estatutário.

A funcionária contratada deverá ser mencionada no campo "Funcionários em Regime de Contratação CLT".

Metas e Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ

Código	Descrição	Resposta
213	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 74/2018/CNJ?	Regular
	Observação Ocorrência A serventia não possui servidor de rede, todavia, utiliza o sistema de automação NoCartório.	
214	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 134/2022/CNJ?	Regular
	Observação Ocorrência A Interina contratou a empresa WSL consultoria para os serviços de adequação à LGPD.	

Relatório de Visita de Correição

	Deliberação A empresa contratada pela Interina deverá cumprir integralmente as disposições do Provimento n. 134/CNJ e da Lei n. 13.709/2018.	
215	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 88/2019/CNJ?	Não se aplica
216	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 77/2018/CNJ?	Regular
217	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos da Recomendação n. 9/2013/CNJ? Observação Ocorrência Não se aplica.	Irregular
233	A serventia utiliza o sistema e-Notariado, conforme o Provimento n. 100/CNJ? Observação Ocorrência Não se aplica.	Não
256	Quando há alteração de prenome, a serventia observa as disposições do Provimento 137 CNJ quanto ao modo de Comunicação ao TSE?	
Comentários Gerais		

Comunicações Obrigatórias - Registro Civil de Pessoas Naturais

Código	Descrição	Resposta
--------	-----------	----------

Relatório de Visita de Correição

240	A serventia envia as informações ao IBGE dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos nos trimestres, sempre até o dia 8 do mês subsequente de forma física ou eletrônica? (Art. 49 da Lei Federal n. 6.015/73)	Sim
241	A serventia promove as comunicações do registro de nascimento ao Ministério da Economia e ao INSS pelo Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (Sirc)? (Art. 52, § 3º da Lei Federal n. 6.015/73)	Sim
243	Na alteração de assento, o registrador civil das pessoas naturais, comunica o ato oficialmente aos órgãos expedidores do RG, ICN, CPF e Passaporte, bem como o TRE? (Art. 787 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO) Observação Ocorrência A Interina informou que as realiza ao TRE por meio da INFODIP. As comunicações ao TSE, consoante o art. 1º, parágrafo único do Provimento n. 137 do CNJ, deverão ser feitas preferencialmente de forma eletrônica, via Malote Digital. Deliberação Aclara-se que nos termos do artigo 56, § 3º da Lei Federal n. 6.015/73, finalizado o procedimento de alteração no assento, o ofício de registro civil de pessoas naturais no qual se processou a alteração, às expensas do requerente, comunicará o ato oficialmente aos órgãos expedidores do documento de identidade, do CPF e do passaporte, bem como ao Tribunal Superior Eleitoral, preferencialmente por meio eletrônico. Regulamentando a forma de comunicação ao TSE, o CNJ, por meio do Provimento n. 137, estabeleceu que a comunicação ao TSE será preferencialmente por meio eletrônico, via Malote Digital, devendo a Interina observar o regramento acima.	Sim
244	Qual a situação das comunicações aos cartórios de origem do registro de nascimento dos Casamentos e Óbitos? (Art.	Regular

Relatório de Visita de Correição

106 da Lei Federal n. 6.015/73)	Observação
Ocorrência	A Interina promove a comunicação via INFODIP.
Comentários Gerais	

Registro de Nascimento sem Paternidade Declarada e Reconhecimentos de Paternidade

Código	Descrição	Resposta
198	Nos reconhecimentos de paternidades espontâneo, judicial ou socioafetivo são informados nos dados do selo de fiscalização eletrônico?	Regular
Observação	Ocorrência	
A Interina tem conhecimento acerca do item da tabela. Como exemplo, o selo de n. 127191AAA014777 - AER versa acerca de reconhecimento espontâneo de filho.		Regular
199	A Serventia cumpre as determinações dos Provimento nº 02/2010/CGJUS/TO e do Provimento nº 16/2012/CNJ?	
200	A documentação dos reconhecimentos de paternidade estão sendo arquivados?	Regular
Observação	Ocorrência	
A serventia possui pasta própria e armazena de forma organizada os termos.		

Relatório de Visita de Correição

260	Nos casos de recepção de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo dos filhos, a serventia observa os termos do Provimento n. 16/2012/CNJ?	Sim
Comentários Gerais		
Achado 1	Ocorrência A Interina não possui acesso ao e-proc.	
	Deliberação Visando a regularidade da serventia neste aspecto, a Interina deverá realizar o estudo do Provimento n. 16/2012 do CNJ, adotando todas as medidas ali consignadas, bem como providenciar o acesso regular ao sistema e-Proc, enviando as demandas acerca das indicações de paternidade e demais que se fizerem pertinentes ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca. Tal procedimento deve ser feito conforme o Manual Demonstrativo - Pai Presente, por meio do Portal Extrajudicial do site da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Tocantins, pelo seguinte endereço eletrônico: https://corregedoria.tjto.jus.br/images/manuais/manual_cartorios___PAI_PRESENTE.pdf	

Das Centrais		
Código	Descrição	Resposta
234	A serventia encontra-se integrada a Central de Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado - SAEC/ONR, na forma do Provimento n. 124/2021/CNJ?	Não
235	A serventia alimenta a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, na forma do Provimento n. 18/2012/CNJ?	Não
	Observação	

Relatório de Visita de Correição

	Ocorrência Não aplica.	
236	A serventia encontra-se integrada a Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT, na forma do Provimento n. 87/2019/CNJ?	Não
	Observação Ocorrência Não se aplica.	
237	A serventia utiliza a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, na forma do Provimento n. 46/2015/CNJ	Sim
239	A serventia observa as normas gerais estabelecidas no Provimento n. 100/CNJ, para a prática dos atos notariais eletrônicos?	Não
	Observação Ocorrência Não se aplica.	
249	A serventia disponibiliza os seus serviços via Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados - Cartórios Tocantins?	Sim
	Observação Ocorrência A Interina realizou o login na Central, oportunidade na qual verificou-se que não possui pedidos pendentes.	
257	Foi demonstrado pela serventia, a inclusão de todos os dados referentes aos nascimentos, casamentos, óbitos, natimortos e demais atos relativos ao estado civil lavrados, respectivamente, nos Livros “A”, “B”, “B Auxiliar”, “C”, “C	Não

Relatório de Visita de Correição

Auxiliar” e “E” na Central de Informações de Registro Civil - CRC?	Achado Ocorrência A Interina informou que tem cerca de 50% dos atos incluídos na CRC. Aduziu que a carga para central está sendo feita diariamente à medida em que surge tempo durante os atendimentos na serventia. Deliberação A conduta da Interina é grave, pois desde o ano de 2015, por meio do Provimento Nº 46, o CNJ estabeleceu a obrigatoriedade dos titulares/interinos/interventores em procederem com as informações à Central, e mesmo depois de mais de 7 (sete) anos, a Interina forneceu apenas de 50% dos dados. Em vista à realidade, imediatamente, deverá adotar conduta ativa no sentido de cumprir integralmente o Provimento referido, e considerando que a demanda levará certo tempo, deverá “plano de ação” visando o fornecimento das informações à CRC, com o fito de atender o disposto no artigo 7º do Provimento n. 46 do CNJ.	
Comentários Gerais		

Boas Práticas da Serventia		
Código	Descrição	Resposta
231	Durante o trabalho correcional foi apontada alguma boa prática desenvolvida na serventia?	Sim
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência A Interina dispõe de uma placa com a mensagem “Enfim, casados”, para que	

Relatório de Visita de Correição

as pessoas que realizaram casamento na serventia possam tirar fotos, posteriormente à cerimônia.



Das Premiações e Programas de Qualidade

Código	Descrição	Resposta
223	A serventia possui Premiações ou integra Programas de Qualidade?	Não
Comentários Gerais		

Das Reclamações Recebidas

Código	Descrição	Resposta
221	Durante o trabalho correcional ocorreram reclamações acerca do serviço?	Não

Relatório de Visita de Correição

Comentários Gerais

Dos Questionamentos Formulados pelo Delegatário(a) e ou Interino(a)

Código	Descrição	Resposta
224	Houveram questionamentos pelo Delegatário, Interino ou Inventor durante o trabalho correcional?	Não

Comentários Gerais

Obrigações Tributárias

Código	Descrição	Resposta
202	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Regular
203	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	Regular
205	Qual a situação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Regular
248	Recolhimento do Imposto de Renda - IR dos prepostos e do Delegatário ou Delegatária, Interino ou Interina e Interventor ou Interventora	Não se aplica

Comentários Gerais

Malote Digital

Código	Descrição	Resposta
206	Qual a situação da serventia com relação a utilização do Malote Digital - Provimento n. 25/2012/CNJ	Regular

Comentários Gerais

Relatório de Visita de Correição

Livro Controle de Depósito Prévio (Provimento n. 45/2015 CNJ)

Código	Descrição	Resposta
--------	-----------	----------

Comentários Gerais

Ocorrência

Solicitado o livro, verificou-se que o cartório não o possui.

Deliberação

Achado 1 Conforme previsão contida no Provimento n. 45/CNJ, e observando a forma de abertura do livro contida no art. 2º do mesmo Provimento, a Interina deverá providenciar a correta abertura do Livro de Controle de Depósito Prévio, assim como proceder com a sua utilização, quando for o caso.

Livro de Visitas e Correições (Provimento n. 45/2015 CNJ)

Código	Descrição	Resposta
--------	-----------	----------

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação 1 O cartório possui o referido livro. Trata-se do livro 02, livro de Visitas e Correições, aberto em 23 de maio de 2012.
A última correição foi realizada pela juíza corregedora permanente em 08/04/2022.

Livro Registro Diário da Receita e da Despesa (Provimento n. 45/2015 CNJ)

Código	Descrição	Resposta
--------	-----------	----------

Comentários Gerais

Relatório de Visita de Correição

Ocorrência

O cartório possui o livro de maneira automatizada no antigo sistema utilizado pela serventia, o Cartosoft. O último ato demonstrado nele está datado de 25/10/2022, trata-se de um edital ou entrada de processo de DEYBSON.

Atualmente, o cartório utiliza o sistema NoCartório, porém, a interina não soube informar se o atual sistema possui o presente livro. Conforme informado pela Sra. Neiva, quando ela adquiriu o novo sistema, lhe foi dito que ele seria completo e que possuiria todos os livros, todavia, não soube informar se existe ou não esse livro no referido sistema.

Nesse ínterim, lhe foi orientado sobre a importância de tal livro, bem como a necessidade de que o mesmo obedeça aos parâmetros dispostos no Provimento n. 45 do CNJ.

Deliberação

Conforme previsão contida no Provimento n. 45/CNJ, e observando a forma de abertura contida no art. 2º, parágrafo único do Provimento mencionado, a Interina deverá providenciar a correta abertura do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, o qual observará o modelo usual para a forma contábil e terá suas folhas divididas em colunas para anotação da data, da discriminação da receita e da despesa, além do valor respectivo, devendo, quando impresso em folhas soltas, encadernar-se tão logo encerrado.

Consoante a forma de escrituração, nos termos do artigo 6º do Provimento acima mencionado, a receita será lançada no Livro Diário Auxiliar separadamente, por especialidade, de forma individualizada, no dia da prática do ato, ainda que a Interina não tenha recebido os emolumentos, devendo discriminar-se sucintamente, de modo a possibilitar-lhe identificação com a indicação, quando existente, do número do ato, ou do livro e da folha em que praticado, ou ainda o do protocolo.

Achado 1

Relatório de Visita de Correição

RCPN - Livro A – Registro de Nascimento (Lei n. 6.015/73 – Art. 33, I)		
19 30/03/2021		
Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência Último ato: Assento de Nascimento de folha 178, Termo 12142, Selo n. 127191AAA017193 - XRZ.	
	Ocorrência Da análise correcional do livro, foi constatado que o selo de fiscalização descrito nos assentos está incompleto, faltando o CNS da serventia, conforme imagens anexas. A serventia migrou do sistema Arpensoft para o sistema Nocartório, sendo que o erro passou a constar a partir da utilização novo sistema. O QR Code, quando consultado, faz a busca do selo do registro corretamente.	
Achado 2	Deliberação Visando a regularidade da serventia neste aspecto, aclara-se que nos termos do art. 275 do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO, cada Selo Digital de Fiscalização ostentará sequência alfanumérica única, sendo composto pelo Código CNS da serventia, pelo Código do Selo e pelos Dígitos Verificadores. Assim, a Interina deverá contatar o suporte técnico do sistema de automação solicitando que passe a constar no ato o selo da forma correta, conforme o pontuado acima.	



Relatório de Visita de Correição

Silva

LIVRO: 19 - A FOLHA: 178 TERMO: 12142

Matrícula: 1271910155 2023 1 00019 178 0012142 84

Aos 20 (vinte) de março de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta Serventia Registral de OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, compareceu Declarante, JOSIEL BEQUIMAN BARBOSA natural de Pedro Afonso - TO, com residência e domicílio no endereço Rua F, Nº sem número, Setor Bom Tempo, CEP: 77365-000 - Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascida ao vigésimo sexto (26) dia de junho (06) de um mil e novecentos e oitenta e três (1983), capaz, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 009.534.781-06, declarou que nasceu ao décimo quinto (15) dia de março (03) de dois mil e vinte e três (2023) às 13:57:16, em Gurupi - TO na HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI - TO, nasceu uma criança, com a DNV de nº 30528311300, do sexo Masculino, o declarante optou, conforme Lei Federal 13.484/2017, por ser a criança natural do Município de Palmeirópolis - TO, que recebeu o nome de:

GABRYEL BEQUIMAN RODRIGUES (Nome pelo qual se responsabiliza o declarante)

Inscrito no CPF nº 119.039.131-79, conforme instrução normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015

Filiações: JOSIEL BEQUIMAN BARBOSA natural de Pedro Afonso - TO, com residência e domicílio no endereço Rua F, Nº sem número, Setor Bom Tempo, CEP: 77365-000 - Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascida ao vigésimo sexto (26) dia de junho (06) de um mil e novecentos e oitenta e três (1983), capaz, solteira, Gerente Administrativo, que porta a C.I. 4780805 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob o nº 009.534.781-06, filho de HILTON BARBOSA DE SOUSA E IRANILDE BEQUIMAN CAMPOS. A Mãe: VALDIRENE PEREIRA RODRIGUES natural de Palmeirópolis - TO, com residência e domicílio no endereço RUA F, Nº sem número, Setor Bom Tempo, CEP: 77365-000 - Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascida ao décimo (10) dia de setembro (09) de um mil e novecentos e oitenta e cinco (1985), capaz, solteira, Ajudante De Apoguetiro (Comércio), que porta a C.I. 684.275 SSP-TO, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.794.701-94 filha de MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA RODRIGUES

Nada mais declarou. Do que, para constar, foi lavrado este termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelo declarante.

Eu NEIVA NUNES SILVA SOUSA Oficial Registrador do Registro Civil, que o digitei, dou fé e assino *Silva*

Josiel Bequiman Barbosa
Josiel Bequiman Barbosa, Declarante

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais - Palmeirópolis - TO
NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador

Número da Ordem: 11195 Data: 20/03/2023
Emolumento: R\$0,00 Tr-Jud: R\$0,00 ISSN: R\$0,00 Fundos: R\$0,00 Total: R\$0,00
Selo Eletrônico de Fiscalização: AAAG11183 Cópia de Validação: XNZ
Consulte a autenticidade deste selo em <http://portal.jus.br>

Em: 20/03/2023, NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador

Página: 355/355



Relatório de Visita de Correição

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Palmeirópolis - TO
Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais
AV. CASTELO BRANCO 1438 - CENTRO - CEP: 77.365-000
Telefone: (63) 3386-1471
NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador
Neuza Nunes da Silva - Oficial Substituto

LIVRO: 19 - A FOLHA: 177 TERMO: 12141

Matrícula: 1271910155-2023-1-00019-177-0012141-86
Aos 17 (dezesete) de março de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta Serventia Registral de OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, compareceu Declarante: OSCAR CONSTANTINO SEVERO natural de Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascido ao trigésimo primeiro (31) dia de julho (07) de um mil e novecentos e noventa e dois (1992), capaz, solteiro, Lavrador, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.593.111-30, declarou que nasceu ao décimo quarto (14) dia de março (03) de dois mil e vinte e três (2023) às 10:34:00, em Gurupi - TO no Hospital Regional de Gurupi, nasceu uma criança, com a DNV de nº 30928311122, do sexo Masculino, o declarante optou, conforme Lei Federal 13.484/2017, por ser a criança natural do Município de Palmeirópolis - TO, que recebeu o nome de: ISAAC RIBEIRO CONSTANTINO (Nome pelo qual se responsabiliza o declarante)
Inscrito no CPF nº 119.016.761-10, conforme instrução normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015

Filiações: OSCAR CONSTANTINO SEVERO natural de Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascido ao trigésimo primeiro (31) dia de julho (07) de um mil e novecentos e noventa e dois (1992), capaz, solteiro, Lavrador, que porta a C.I. 1.237.843 - SSP-TO., inscrita no CPF/MF sob o nº 028.593.111-30, Filho de Wagner Constantino e Terezinha Alfrêdo Severo. E SILMÁRIA RIBEIRO DOS SANTOS natural de Paraná - TO, com endereços de residência e domicílio na Rua 13 s/n - Centro Palmeirópolis -TO., de nacionalidade brasileira, maior, nascida ao décimo terceiro (13) dia de fevereiro (02) de um mil e novecentos e oitenta e nove (1989), capaz, solteira, Do lar, que porta a C.I. documento de identificação 939.337 - SSP-TO., inscrita no CPF/MF sob o nº 026.849.661-76, Filha de Liberato dos Santos Coelho e Maria da Conceição Ribeiro da Trindade.

Nada mais declarou. Do que, para constar, foi lavrado este termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelo declarante.

Eu NEIVA NUNES SILVA SOUSA Oficial Registrador do Registro Civil, que o digitei, dou fé e assino.

Oscar Constantino Severo
Oscar Constantino Severo, Declarante

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais - Palmeirópolis - TO
NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador

Número de Ordem: 11185 Data: 17/03/2023
Emolumento: R\$0,00 Tx Juc: R\$0,00 ISSQN: R\$0,00 Fundos: R\$0,00 Total: R\$0,00
Selo Eletrônico de Fiscalização: AAAD17173 Código de Validação: VRK
Consulte a autenticidade desta selo em <http://www.tjtoc.br/>

Em: 17/03/2023, NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador

Página: 353/353

Ocorrência

Constatou-se que estão sendo feitas anotações à lápis em vários assentos, conforme imagem.

Achado 3

Analisando o Assento de Nascimento de folha 59, selo n. 127191AAA011869-MPA, constatou-se erro material quanto ao nome do declarante, e além disso, o assento menciona a qualificação e assinatura de testemunhas, todavia, inexistentes quando do registro, conforme imagem. Ademais, da conferência dos assentos de março de 2021, a contar do assento de folha 02 (selo n. 127191AAA009138-BBP), até abril de 2022, finalizando a contagem com o assento de folha 93 (selo n.

Relatório de Visita de Correição

127191AAA013365-AOM), praticamente quase todos possuem os mesmos erros materiais mencionados.

Deliberação

Consoante a anotação à lápis, o artigo 219 do Provimento mencionado estabelece que as anotações à lápis deverão ser evitadas nos livros, mesmo que a título provisório.

Por conseguinte, em vista aos sucessivos erros materiais que a Interina vem incorrendo nos registros dos atos, deverá revisar o modelo do ato que está sendo utilizado, suprimindo as informações que não guardam relação com o caso em concreto. No caso, deverá fazer constar nos próximos assentos o nome da pessoa que compareceu ao Cartório noticiando o nascimento ou no caso de registros que demandam a assinatura de testemunhas, qualificá-las corretamente (art. 54, 9º, da Lei Federal n. 6.015/73), velando pela estrita observância do artigo 52 da Lei Federal n. 6.015/73.

Relatório de Visita de Correição

5000

Assento de Nascimento

Termo: 12023 Livro: 019 A Folha: 059

Aos vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um (24/11/2021), nesta Cidade de PALMEIROPOLIS-TO, compareceu PALMEIROPOLIS - TO, o qual na presença das testemunhas instrumentárias abaixo nominadas e assinadas declarou que, aos vinte de novembro de dois mil e vinte e um (20/11/2021), às dezolito horas e cinquenta e cinco minutos (18:55 horas), no(a) Hospital Regional de Gurupi - TO, em Gurupi - TO, nasceu uma criança do sexo masculino, o declarante optou, conforme Lei Federal 13.484/2017, por ser a criança natural do Município Palmeiropolis - TO, que recebeu o nome de:

ALLEFY SOARES DA SILVA
(nome pelo qual se responsabiliza o declarante)

Inscrito no CPF nº: 113.843.971-16, conforme Instrução Normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015.

Filho de LEANDRO SOARES DA SILVA, natural de Palmeiropolis - TO, portador do documento de identificação 1202.477. Inscrito no CPF nº 70111799171, seringueiro, nascido aos dois de outubro de mil novecentos e noventa e seis (02/10/1996), residente e domiciliado na(o) Rua Ana Rosa, bairro Setor União, PALMEIROPOLIS - TO e de POLIMARA ARRUDA DA SILVA, natural de Palmeiropolis - TO, nascido aos sete de maio de dois mil (07/05/2000), tendo a mãe por ocasião do parto, 21 anos de idade, portadora do documento de identificação 1.247.657- SSP-TO, inscrita no CPF nº 08299309140, sem profissão remunerada, residente e domiciliada na(o) Rua Ana Rosa, bairro Setor União, PALMEIROPOLIS - TO.

Avós: LUIZ DE SOUZA SILVA e SEBASTIANA BARBOSA SOARES
Avós: AUGUSTO FRANCISCO ARRUDA e RONAIR RIBEIRO DA SILVA

Nada mais declarou. Apresentou Declaração de Nascidos Vivos Nº 30639800063; do que dou fé. Lido e achado conforme, assina o declarante. Matrícula: 1271910155 2021 1 00019 059 0012023 81. Eu Neiva Nunes Silva Sousa NEIVA NUNES SILVA SOUSA, Oficial do Registro Civil que conferi e subscrevo.

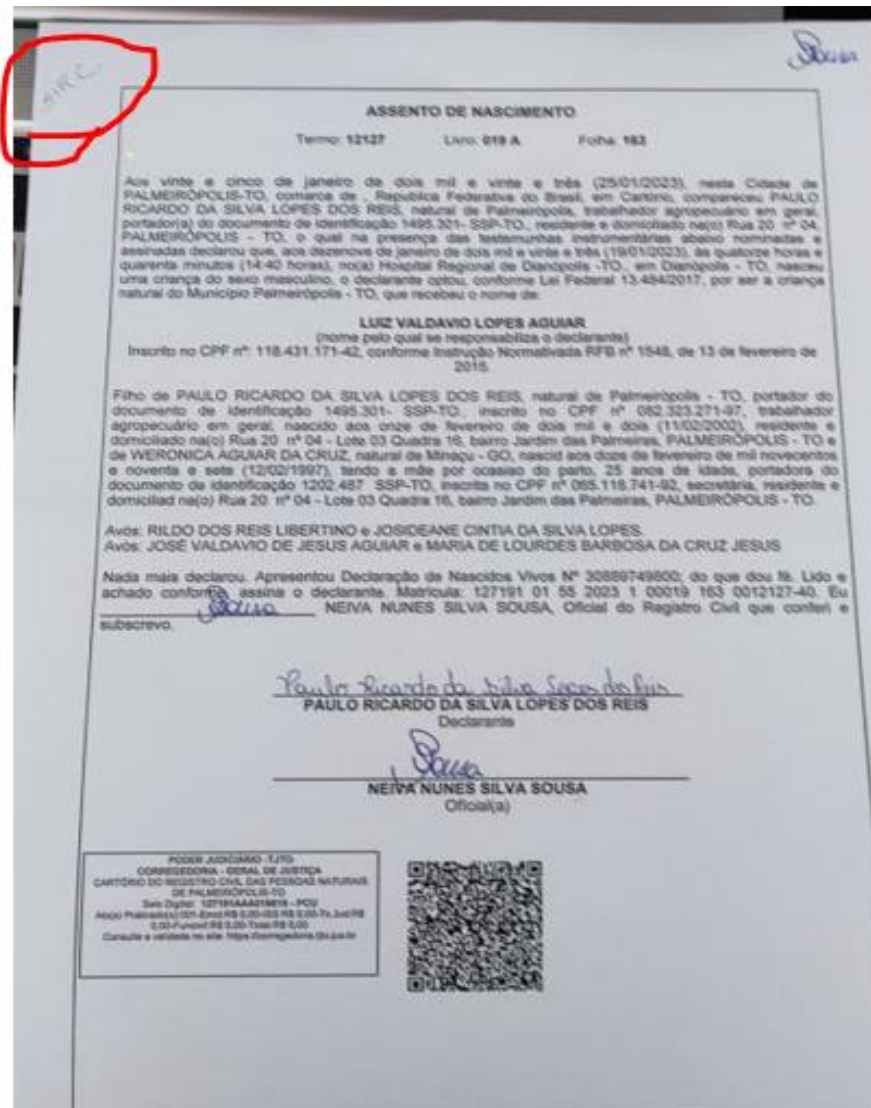
Neiva Nunes Silva Sousa
Declarante

Neiva Nunes Silva Sousa
NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial(a)

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
COMARCA DE PALMEIROPOLIS - TO
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DE PALMEIROPOLIS - TO
Bairro Chapéu - CEP: 76.200-000 - Fone: (68) 3511.1000
Anexo 1 (Protocolo de Registro de Nascimento) - RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015
Cadastrado a validade no site: www.tjto.org.br

QR CODE

Relatório de Visita de Correição



ASSENTO DE NASCIMENTO
Termo: 12127 Livro: 019 A Folha: 162

Aos vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três (25/01/2023), nesta Cidade de PALMEIRÓPOLIS-TO, comarca de República Federativa do Brasil, em Cartório, compareceu PAULO RICARDO DA SILVA LOPES DOS REIS, natural de Palmeirópolis, trabalhador agropecuario em geral, portador(a) do documento de identificação 1495.301- SSP-TO, residente e domiciliado na(o) Rua 20 nº 04, PALMEIRÓPOLIS - TO, o qual na presença das testemunhas instrumentárias abaixo nomeadas e assinadas declarou que, aos dezessete de janeiro de dois mil e vinte e três (17/01/2023), às quinze horas e cinquenta minutos (14:40 horas), na(o) Hospital Regional de Palmas - TO, em Palmas - TO, nasceu uma criança do sexo masculino, o declarante optou, conforme Lei Federal 13.484/2017, por ser a criança natural do Município Palmeirópolis - TO, que recebeu o nome de:

LUIZ VALDAVIO LOPES AGUIAR
(nome pelo qual se responsabiliza o declarante)
Inscrito no CPF nº: 118.431.171-42, conforme Instrução Normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015.

Filho de PAULO RICARDO DA SILVA LOPES DOS REIS, natural de Palmeirópolis - TO, portador do documento de identificação 1495.301- SSP-TO, inscrito no CPF nº 082.323.271-97, trabalhador agropecuario em geral, nascido aos onze de fevereiro de dois mil e dois (11/02/2002), residente e domiciliado na(o) Rua 20 nº 04 - Lote 03 Quadra 18, bairro Jardim das Palmeiras, PALMEIRÓPOLIS - TO e de VERONICA AGUIAR DA CRUZ, natural de Minas - GO, nascid aos doze de fevereiro de mil novecentos e noventa e sete (12/02/1997), tendo a mãe por ocasião do parto, 25 anos de idade, portadora do documento de identificação 1202.487 SSP-TO, inscrita no CPF nº 065.118.741-92, secretária, residente e domiciliada na(o) Rua 20 nº 04 - Lote 03 Quadra 18, bairro Jardim das Palmeiras, PALMEIRÓPOLIS - TO.

Avós: RILDO DOS REIS LIBERTINO e JOSIDEANE CINTIA DA SILVA LOPES.
Avós: JOSÉ VALDAVIO DE JESUS AGUIAR e MARIA DE LOURDES BARBOSA DA CRUZ JESUS

Nada mais declarou. Apresentou Declaração de Nascidos Vivos Nº 30889749600; do que dou fé. Lido e achado conforme, assinou o declarante, Matrícula: 127191 01 55 2023 1 00019 163 0012127-40. Eu Subscrito.

Paulo Ricardo da Silva Lopes dos Reis
PAULO RICARDO DA SILVA LOPES DOS REIS
Declarante

Neiva Nunes Silva Sousa
NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial(a)

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA - GERAL DA JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DE PALMEIRÓPOLIS-TO
Site Oficial: 10718AAA0191616 - PCJ
Anexo Processual (CPJ) Exat RB 020-02 RB 020-75 Jus BR
020-4-00000 RB 020-75 Jus BR 020
Consulte e valide no site: https://corregedoria.jus.br

Ocorrência

Do exame fiscalizatório de alguns assentos, constatou-se que alguns nomes foram registrados sem a observação da vedação do art. 55 da Lei de Registros Públicos, que impede o registro de nomes estranhos ou que exponham ao ridículo os registrandos, conforme imagens. Os assentos são do ano de 2021. A Interina informou que atualmente observa a normativa da referida Lei e, no momento da correição, demonstrou de forma cabal que fez uma recusa recentemente do registro do nome “Marya Heduarda”.

Como achado, constatou-se, também, que a Delegatária não está qualificando nos assentos a pessoa que assina à rogo, conforme imagem.

Deliberação

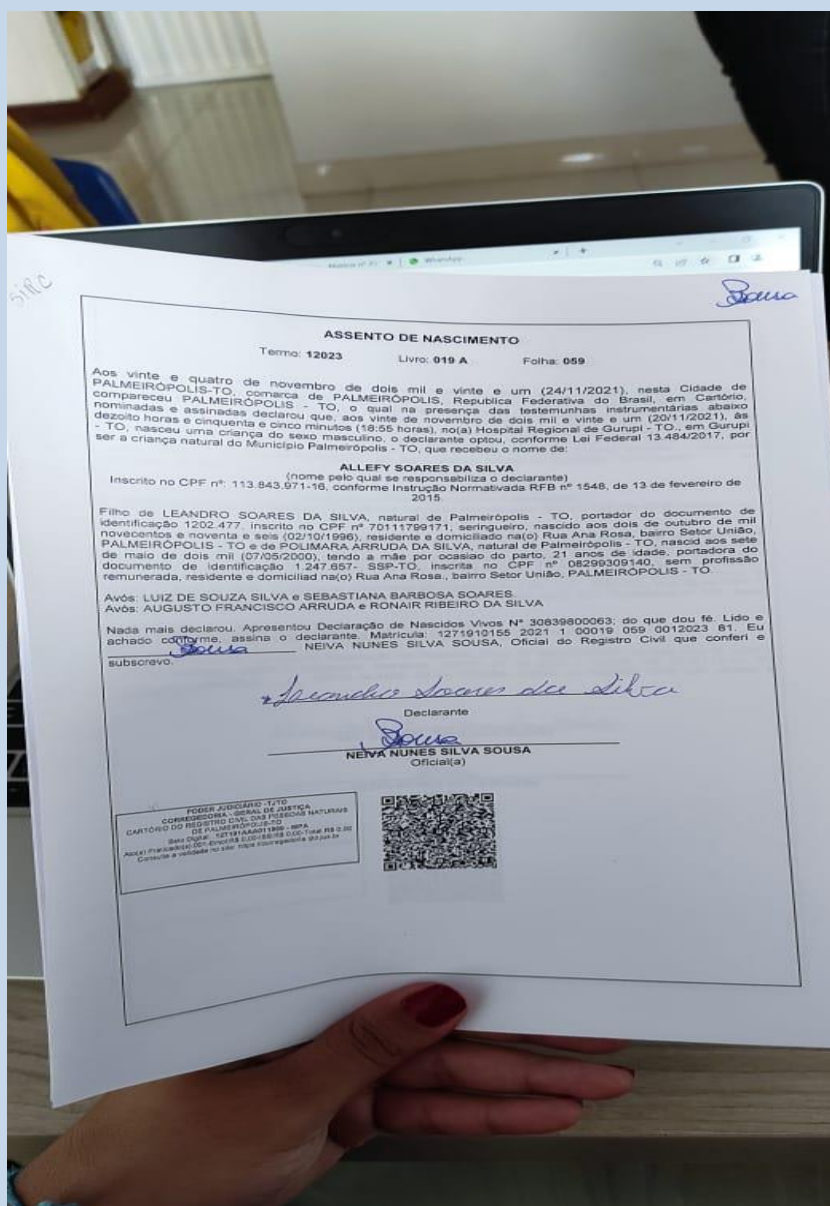
Conforme consignado durante a correição presencial, a Interina deverá

Achado 4

Relatório de Visita de Correição

observar a vedação do art. 55 da Lei de Registros Públicos, que impede o registro de nomes estranhos ou que exponham ao ridículo os registrandos.

Ademais, no que concerne as hipóteses de assinaturas à rogo nos assentos, as testemunhas e as pessoas que assinam a rogo devem ser qualificadas com indicação do nome, do número do documento de identificação, nacionalidade, estado civil, idade, profissão e endereço completo, conforme estabelece o art. 228, § 2º do Provimento n. 03/2023/CGJUS/TO.



ASSENTO DE NASCIMENTO

Tomo: 12023 Livro: 019 A Folha: 059

Aos vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um (24/11/2021), nesta Cidade de PALMEIROPOLIS-TO, comarca de PALMEIROPOLIS, República Federativa do Brasil, em Cartório, nominadas e assinadas declarou que, aos vinte de novembro de dois mil e vinte e um (20/11/2021), às dezolito horas e cinquenta e cinco minutos (18:55 horas), no(a) Hospital Regional de Gurupi - TO, em Gurupi - TO, nasceu uma criança do sexo masculino, o declarante optou, conforme Lei Federal 13.464/2017, por ser a criança natural do Município Palmeiropolis - TO, que recebeu o nome de:

ALLEFY SOARES DA SILVA
(nome pelo qual se responsabiliza o declarante)
Inscrito no CPF nº: 113.843.971-16, conforme Instrução Normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2016.

Filho de LEANDRO SOARES DA SILVA, natural de Palmeiropolis - TO, portador do documento de identificação 1202.477, inscrito no CPF nº 70111799171; seringueiro, nascido aos dois de outubro de mil novecentos e noventa e seis (02/10/1996), residente e domiciliado na(o) Rua Ana Rosa, bairro Setor União, PALMEIROPOLIS - TO e de POLIMARA ARRUDA DA SILVA, natural de Palmeiropolis - TO, nascido aos sete de maio de dois mil (07/05/2000), tendo a mãe por ocasião do parto, 21 anos de idade, portadora do documento de identificação 1.247.857- SSP-TO, inscrita no CPF nº 08299309140, sem profissão remunerada, residente e domiciliado na(o) Rua Ana Rosa, bairro Setor União, PALMEIROPOLIS - TO.

Avós: LUIZ DE SOUZA SILVA e SEBASTIANA BARBOSA SOARES.
Avós: AUGUSTO FRANCISCO ARRUDA e RONAIR RIBEIRO DA SILVA.

Nada mais declarou. Apresentou Declaração de Nascidos Vivos Nº 30839800063, do que dou fé. Lido e achado conforme, assina o declarante. Matrícula: 1271910155 2021 1 00019 059 0012023 81. Eu NEIVA NUNES SILVA SOUSA, Oficial do Registro Civil que conferi e subscrevo.

Neiva Nunes Silva Sousa
Declarante

Neiva Nunes Silva Sousa
NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial(a)

PODER JUDICIÁRIO - TO
CORREGEDORIA - GERAL DA JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DE PALMEIROPOLIS-TO
RUA ANA ROSA, 1079 - SETOR UNIÃO - PALMEIROPOLIS-TO
CEP: 76900-000
FONE: (085) 3333-1111
E-MAIL: cgc@tocantins.jus.br
CNPJ: 06.940.888/0001-01



ASSENTO DE NASCIMENTO

Termo: 12003 Folha: 039 Livro: 019 A

Aos dez de setembro de dois mil e vinte e um (10/09/2021), nesta Cidade de PALMEIROPOLIS-TO, comarca de PALMEIROPOLIS, República Federativa do Brasil, em Cartório, compareceu PALMEIROPOLIS - TO, o qual na presença das testemunhas instrumentais abaixo nominadas e assinadas declarou que, aos cinco de setembro de dois mil e vinte e um (05/09/2021), às dezessete horas e vinte e nove minutos (17:29 horas), no(a) Hospital Regional de Gurupi - TO, em Gurupi - TO, nasceu uma criança do sexo masculino, o declarante optou, conforme Lei Federal 13.484/2017, por ser a criança natural do Município Palmeirópolis - TO, que recebeu o nome de:

MATHEUS HENRYK SILVA SANTANA
(nome pelo qual se responsabiliza o declarante)

Inscrito no CPF nº: 112.981.511-04, conforme Instrução Normativa RFB nº 1546, de 13 de fevereiro de 2015.

Filho de NELCIDES GOMES SANTANA, natural de Paraná - TO, portador do documento de identificação 057.360- SSP-TO, inscrito no CPF nº 04391045133, trabalhador agropecuario em geral, nascido aos quinze de junho de mil novecentos e sessenta e oito (15/06/1968), residente e domiciliado na(o) Fazenda - neste MunicípioPALMEIROPOLIS - TO e de MARILENE PANTA DA SILVA, natural de Palmeirópolis - TO, nascida aos dez de julho de mil novecentos e oitenta e dois (10/07/1982), tendo a mãe por ocasião do parto, 39 anos de idade, portadora do documento de identificação 685.176 - SSP-TO, inscrita no CPF nº 04749218162, trabalhador agropecuario em geral, residente e domiciliada na(o) Fazenda - neste MunicípioPALMEIROPOLIS - TO.

Avós: LUIZ GOMES DE SANTANA e CELINA GOMES DE SANTANA.
Avós: ADMERVIL EVANGELISTA DA SILVA e MARIA FANTA SOUTO

Nada mais declarar. Apresento Declaração de Nascidos Vivos Nº 308396089796, do que dou fé. Lido e achado conforme, assina o declarante. Matrícula: 1271810155 2021 1 00019 039 0012003 11. Eu subscrevo Neiva Nunes da Silva NEIVA NUNES SILVA SOUSA, Oficial do Registro Civil que conferi e

 Neiva Nunes da Silva
Declarante
Neiva Nunes Silva Sousa
Oficial(a)

PODER JUDICIÁRIO TJ/TO
CONSESSORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DE PALMEIROPOLIS-TO
Selo Digital - TÍTULOS E INSTRUMENTOS - SIC
Nota: Para validar este selo digite o código no site ou aplicativo
Consulte e valide no site: <https://www.tjto.br>

O número do protocolo não está descrito nos assentos.

Deliberação

Ocorrência

O livro possui índice alfabético em ordem.

Relatório de Visita de Correição

RCPN - Livro B - Registro de Casamento (Lei n. 6.015/73 – Art. 33, II)

Código	Descrição	Resposta
511	O oficial indica na averbação o número e a data do protocolo do documento apresentado?	não
Comentários Gerais		
Achado 1	Ocorrência O cartório possui o referido livro, o qual está rubricado e, por amostragem, verificou-se que a sequência dos números dos termos seguem uma ordem correta e infinita. O livro é o B-6, aberto em 02 de setembro de 2016, sendo o último termo nele constante o de número 1654, fls. 272, livro 6-B. Selo: 127191AAA016857.	
	Ocorrência No assento de casamento termo 1506, livro B-6, folha 124, consta um pequeno erro material, pois não há a idade da nubente, como foi informado a do nubente. São pequenos erros materiais, mas que devem ser evitados, assim como não se pode deixar de realizar a qualificação completa dos nubentes e a informação do estado civil correto, com número do termo do registro de nascimento e/ou afins. Foto anexa. Ademais, no referido termo, consta uma averbação de divórcio, todavia, não há a indicação do número e a data do protocolo do documento apresentado, conforme se verifica da imagem anexa. O selo de fiscalização que diz respeito ao ato é o de n. 127191AAA005357-OAE. De fato, o referido selo é do registro do casamento, todavia, o ato é gratuito (beneficiários hipossuficientes), mas no selo que consta no ato, há a discriminação dos valores, conforme se verifica da imagem anexa. No sistema Gise, o selo consta com data do ato de 08/03/2020, todavia, o termo é datado do dia 11/03/2020. A Interina explicou que a divergência de datas se dá por conta da internet da serventia que, por oscilar muito e já ter lhe deixado na mão em outras situações, ela prefere deixar os atos prontos antes da efetiva data do casamento, a fim de evitar qualquer falha nos serviços de internet no dia da efetiva união entre os nubentes. No sistema Gise, consta que o número de registro é o 0015, todavia, o número	
Achado 2		

Relatório de Visita de Correição

do termo é 1506 e o número do protocolo é 414.

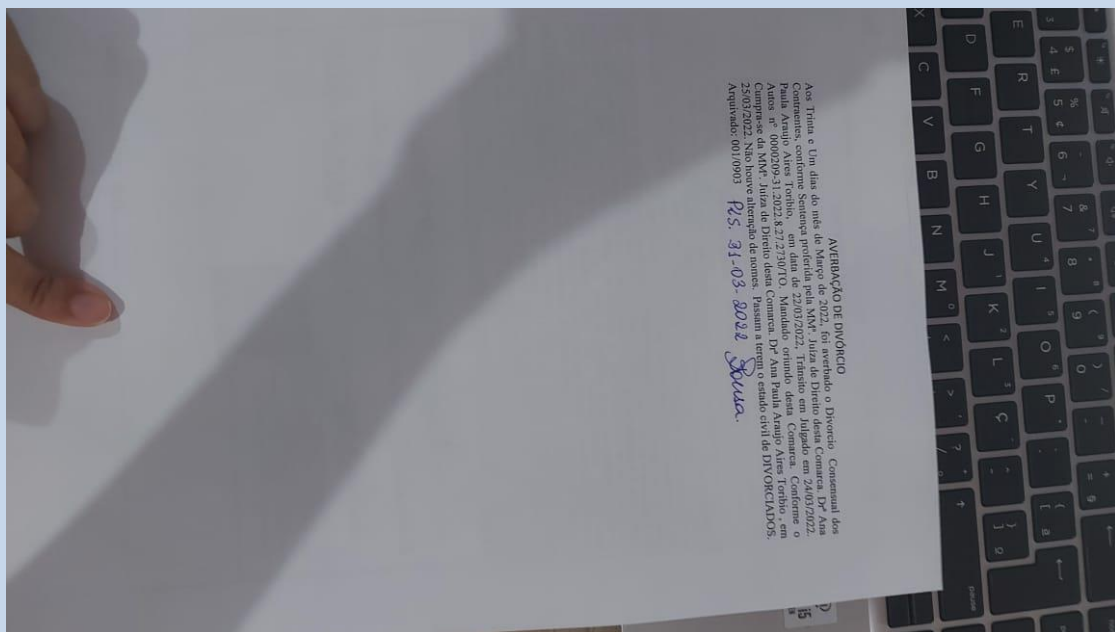
Deliberação

Referente à utilização do selo antes mesmo da prática dos atos, a conduta da Interina é gravíssima, pois vem selando atos que sequer foram formalizados, o que implicou divergência em suas datas.

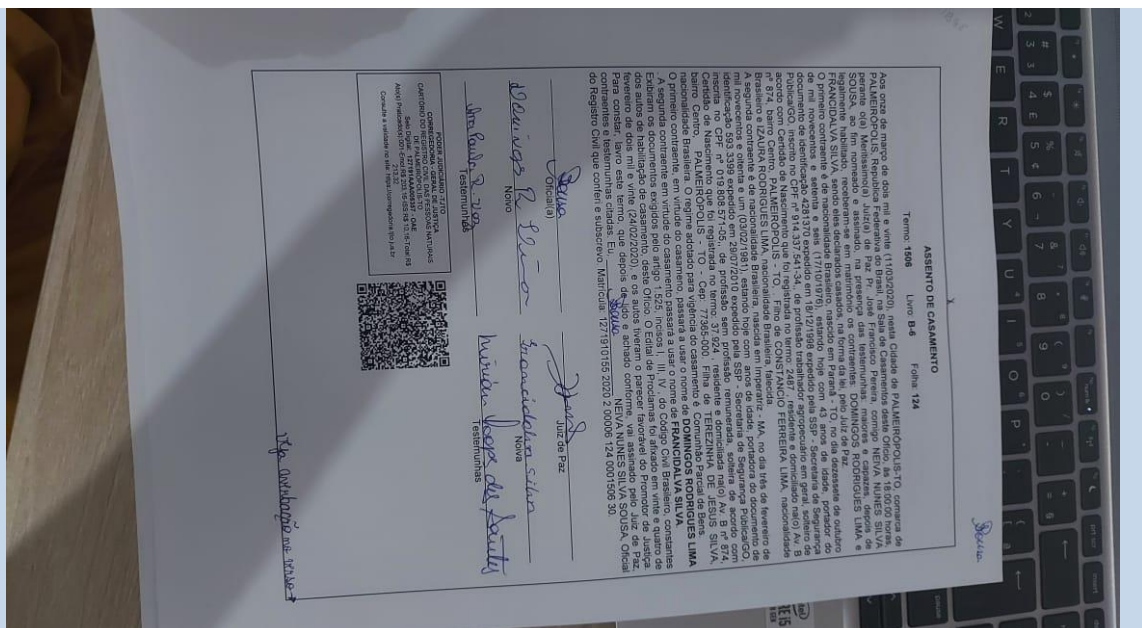
Visando a regularidade da serventia, a Interina deverá realizar o reajuste de todos os selos que se encontram nessa situação, fazendo constar a exata data da realização do ato.

Ademais, em consulta ao selo mencionado no achado, consta o número de registro 0015, informação incorreta, o que enseja que a Interina corrija também esta informação.

Frisa-se que a Interina deverá atentar-se quando do lançamento dos dados no sistema GISE, devendo estes comportar total consonância com as informações contidas nos atos.



Relatório de Visita de Correição



Ocorrência

Da verificação dos selos de fiscalização apresentados pela serventia, nos últimos termos 1653 e 1654, foi constatada a ausência do número CNS da serventia.

Deliberação

Achado 3

A obrigação de observar os elementos constitutivos do selo decorre da exigência contida no art. 275 do Provimento n. 03/2023/CGJUS/TO, que preconiza que cada Selo de Fiscalização Eletrônico ostentará sequência alfanumérica única, sendo composto pelo Código CNS da serventia, pelo Código do Selo e também pelos Dígitos Verificadores.

Diante da notável irregularidade, a Interina deverá fazer constar nos atos a impressão dos selos de fiscalização de forma completa, conforme exigência do provimento mencionado.

Ocorrência

Da análise do termo 1633, livro 6-B folha 251, verificou-se que as partes estão qualificadas e constam as assinaturas dos nubentes, das testemunhas, do juiz de paz e da interina.

Achado 4

Na consulta ao selo eletrônico, qual seja, 127191AAA012584 - OPM, verificou-se tratar de selo de registro de casamento civil e o valor é condizente com o informado no selo do ato. Todavia, há apenas mais três atos relacionados ao referido selo, ou seja, não estão sendo vinculados todos os atos do casamento, como por exemplo, o selo relativo ao Edital de Proclamas.

Ademais, nos dados do selo 1, constam como data do ato 10/02/2022, ou seja,

Relatório de Visita de Correição

mesma data do protocolo (o que não é possível no casamento).

Deliberação

A Interina deverá contatar o suporte do sistema de automação, a fim de que este o adeque no intuito de vincular corretamente os selos de fiscalização dos atos praticados no sistema GISE, uma vez que tal medida facilita a conferência, consulta e acompanhamento das informações relativas aos registros. Todos os selos de fiscalização que dizem respeito ao mesmo ato, como o selo de protocolo, de registro, de comunicação e de averbação, proclamas, por exemplo, devem estar vinculados uns aos outros no sistema GISE.

Diante da inconsistência verificada no que tange as datas do ato, deverá a Interina promover a correção dos dados lançados no sistema GISE, devendo estes comportar total consonância com os dados contidos nos registros.



Relatório de Visita de Correição

ASSENTO DE CASAMENTO
Termo: 1633 Livro: B-06 Folha: 251

Aos onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois (11/02/2022), nesta Cidade de PALMEIRÓPOLIS-TO, comarca de PALMEIRÓPOLIS, República Federativa do Brasil, na Sala de Casamentos deste Ofício, às 16:00 horas, perante o Juiz de Paz Pr. José Francisco Pereira, comigo NEIVA NUNES SILVA SOUSA, ao fim nomeado e assinado, na presença das testemunhas: maiores e capazes, depois de legalmente habilitados, receberam-se em matrimônio os contraentes: JOSÉ GONÇALVES DA SILVA e ELÂNIA COTRIM DE CARVALHO, sendo declarados casados, na forma da lei, pelo Meritíssimo Juiz(a) de Paz.

O primeiro contraente é de nacionalidade Brasileira, nascido em Carinhanha - BA, no dia dezoito de maio de mil novecentos e sessenta e oito (19/05/1968), estando hoje com 53 anos de idade, portador de documento de identificação 1200.133 expedido em 13/05/2010, expedido pela SSP - Secretaria de Segurança Pública/TO, inscrito no CPF nº 463.130.521-53, de profissão mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas, divorciado por escritura de acordo com Certidão de casamento que foi registrada no termo: 15446 de Miná José Ferreira da Silva, residente e domiciliado na Av. Goiás 1.577 Centro, PALMEIRÓPOLIS - TO. Filho de FRANCISCO DA SILVA CONSELVA e MARIA GONÇALVES CONSELVA, nacionalidade Brasileira.

A segunda contraente é de nacionalidade Brasileira, nascida em Palmeirópolis - TO, no dia vinte e nove de agosto de mil novecentos e oitenta e dois (29/08/1982), estando hoje com 39 anos de idade, portadora do documento de identificação 871.310 expedido em 07/11/2003 expedido pela SSP - Secretaria de Segurança Pública/TO, inscrita no CPF nº 018.628.961-86, de profissão auxiliar de contabilidade, solteira de acordo com Certidão de Nascimento que foi registrada no termo: 3071, residente e domiciliada na Av. Goiás 1.577 Centro, PALMEIRÓPOLIS - TO - Cep 77365-000. Filha de ABEL COTRIM DE CARVALHO e APARECIDA LOBO DE CARVALHO, nacionalidade Brasileiros, falecidos.

O regime adotado para vigência do casamento é Comunhão Parcial de Bens.

Os contraentes, em virtude do casamento, continuarão a usar os mesmos nomes, ou seja: JOSÉ GONÇALVES DA SILVA e ELÂNIA COTRIM DE CARVALHO.

Exibiram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, Incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, constantes dos autos de habilitação de casamento, deste Ofício. O Edital de Proclamas foi afixado em vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e dois (21/01/2022), e os autos tiveram o parecer favorável do Promotor de Justiça. Para constar, lavro este termo, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo Juiz de Paz, contraentes e testemunhas citadas. Eu, Neiva Nunes Silva Sousa, NEIVA NUNES SILVA SOUSA, Oficial do Registro Civil que conferi e subscrevo. Matrícula: 1271910155 2022 2 00006 251 0001633 19.

Neiva Nunes Silva Sousa Juiz de Paz
Oficial(a)

José Gonçalves da Silva Noivo
Elânia Cotrim de Carvalho Noiva

Diuripeleide de Carvalho Testemunhas
Elânia Viana da Silva Testemunhas

Enika Patrícia Pereira Mendes Testemunhas
Sebastião Wagner S. Gonçalves Testemunhas
Carlos Gustavo J. Pinheiro Testemunhas

PODER JUDICIÁRIO-TO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DE PALMEIRÓPOLIS-TO
Selo Digital: 127191AAA01288 - OFM
Atualizado em 13/02/2022 às 13:24:56 - S6-RS
11.73-Tb-Aud-RS-0.00-Funpvi-RS-0.00-1-01-RS-246-39
Consulte a validade no site: <https://corregedoria.to.jus.br>

RCPN - Livro B Auxiliar - Registro de Casamento Religioso com Efeito Civil (Lei n. 6.015/73 – Art. 33, III)

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

O cartório possui o referido livro, sendo atualmente Livro B-4 Auxiliar, de registros de casamento religioso com efeito civil, aberto em 29/08/2016.

Relatório de Visita de Correição

Por amostragem, verificou-se que o livro está organizado, com os termos em ordem numérica sequencial, estando as páginas devidamente rubricadas.

O último ato constante no livro é o termo 668, livro B-04 Aux, folha 28, nubentes: ELISMAR SOUZA VIEIRA e RAINARA SARDINHA DA CRUZ, selo eletrônico: 127191AAA016138 - NRB. Na consulta ao referido selo no sistema Gise, verificou-se constar de registro de casamento religioso para efeitos civis, todavia, não constam os valores no selo do ato, conforme foto anexa. As datas dos demais atos constantes no Gise estão regulares.

Deliberação

Tal irregularidade não pode subsistir. Nos termos do art. 12 da Lei Estadual n. 3.408/18, consigna-se que no ato notarial ou de registro devem ser lançados, além da descrição do selo de fiscalização, cota discriminando os emolumentos devidos, incluindo o valor da Taxa de Fiscalização Judiciária, da contribuição para a compensação prevista no art. 8º da Lei Federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, na conformidade da respectiva tabela, e o valor correspondente ao imposto municipal incidente, se houver, sem prejuízo do fornecimento de orçamento e ou de recibo discriminado, sempre que solicitado pelo usuário.

Dessa forma, a Interina deverá proceder conforme determina a legislação.

Relatório de Visita de Correição

TERMO 668

ASSENTO DE CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL

Folha 28

Livro B-04 Aux

Aos doze de dezembro de dois mil e vinte e dois (12/12/2022), nesta Cidade de PALMEIRÓPOLIS-TO, comarca de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil, em cartório, atendendo ao que foi requerido verbalmente, nos termos da Lei Federal nº 1.110 de 23/05/1950, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 6.015, de 31/12/1973 e artigo 6.216 de 30/06/1975 dos Registros Públicos e artigo 1.516 do Código Civil Brasileiro, conforme processo de habilitação respectivo, INSCREVO para os fins e efeitos do direito, o matrimônio religioso de **ELISMAR SOUZA VIEIRA** e **RAINARA SARDINHA DA CRUZ** celebrado aos nove de dezembro de dois mil e vinte e dois (09/12/2022), às 19:30 horas, na Igreja Assembleia de Deus Pentecostal - Ministério Desperta em Palmeirópolis - TO, perante o Pr. Diogo Henrique S. dos Santos e na presença das testemunhas: maiores e capazes.

O primeiro contraente é de nacionalidade Brasileiro, nascido em Palmeirópolis - TO, no dia primeiro de setembro de mil novecentos e oitenta e seis (01/09/1986), estando hoje com 36 anos de idade, de profissão secretário, divorciado, de acordo com Certidão de Casamento que foi registrada no termo: 1613, de LUCÉLIA VICENTE DA SILVA, a dissolução do casamento anterior ocorreu aos vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois (26/04/2022), residente e domiciliado na Av. Novo Horizonte s/n, Setor Alto da Boa Vista, Palmeirópolis - TO - Cep: 77365-000. Filho de FAUSTINO VIEIRA NETO, nacionalidade Brasileiro, nascido em 03/06/1953 e ELIZILDA SOUZA SANTOS VIEIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 18/06/1950, residentes Av. Novo Horizonte s/n, Setor Alto da Boa Vista, Palmeirópolis - TO.

A segunda contraente é de nacionalidade Brasileira, nascida em Minaçu - GO, no dia quinze de março de mil novecentos e noventa e nove (15/03/1999), estando hoje com 23 anos de idade, de profissão técnico de enfermagem, solteira, de acordo com Certidão de Nascimento que foi registrada no termo: 12912, residente e domiciliada na Rua Novo Horizonte s/n, Centro, Palmeirópolis - TO - Cep: 77365-000. Filha de RONAN SARDINHA DA COSTA e VALDETE CLEMENTINO DA CRUZ COSTA, nacionalidade Brasileiros, residentes na Fazenda Santa Helena, Município de Palmeirópolis - TO.

O regime adotado para vigência do casamento é Comunhão Parcial de Bens. Os contraentes em virtude do casamento, continuarão a usar os mesmos nomes, ou seja: **ELISMAR SOUZA VIEIRA** e **RAINARA SARDINHA DA CRUZ**.

Exibiram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, constantes dos autos de habilitação de casamento, deste Ofício. O Edital de Proclamas foi publicado. Para constar, lavro este termo. Eu, **NEIVA NUNES SILVA SOUSA**, Oficial do Registro Civil que conferi e subscrevo, Matrícula: 127191 01 55 2022 3 00004 028 0000668-58.

NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial(a)



PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - TO
CNS 127191
AAA016138 - NRB
Consulte a validade no site: <https://corregedoria.tjto.jus.br>

Ocorrência

Por amostragem, analisou-se os assentos dos termos de número 648 e 667, bem como suas documentações, estando a documentação de ambos em conformidade com a lei.

O termo 667 possui selo eletrônico nº 127191AAA015018 - CPE, todavia, no ato não consta a discriminação dos valores, conforme foto anexa. Ademais, o sistema de automação da serventia está cortando o número CNS do cartório nos referidos selos. A data do ato do registro do casamento no sistema GISE, não condiz com a data do assento, qual seja, 12/09/2022 (no Gise, a data é 09/09/2022 - mesma data do protocolo e dos dados do selo 2).

Achado 2

Relatório de Visita de Correição

Deliberação

Diante das inconsistências no que concerne a forma incompleta de imprimir os selos de fiscalização nos atos, vale ressaltar que a obrigação de observar os elementos constitutivos do selo decorre da exigência contida no art. 275 do Provimento n. 03/2023/CGJUS/TO, que preconiza que cada Selo de Fiscalização Eletrônico ostentará sequência alfanumérica única, sendo composto pelo Código CNS da serventia, pelo Código do Selo e também pelos Dígitos Verificadores.

Neste sentido, deverá a Interina providenciar as devidas correções no sistema de automação da serventia, responsável pela gerência dos atos, para que conste a impressão do número completo do selo de fiscalização nos atos, bem como a devida discriminação dos valores relativos aos emolumentos, na forma do provimento mencionado.



Relatório de Visita de Correição

PROBOOK

Sirc
Legat

Sousa

ASSENTO DE CASAMENTO RELIGIOSO COM EFETIVO CIVIL

Térmo: 648
Livro: 004 B AUX
Folha: 08V

Aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito (28/02/2018), nesta Cidade de PALMEIROPOLIS-TO, Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil, em cartório, atendendo ao que foi requerido verbalmente, nos termos da Lei Federal nº 1.110 de 23/05/1950, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.015, de 31/12/1973 e artigo 6.216 de 30/06/1976 dos Registros Públicos e artigo 1.516 do Código Civil Brasileiro, conforme processo de habilitação respectivo, com parecer favorável do Representante do Ministério Público, INSCREVO, para os fins e efeitos do direito, o matrimônio religioso de **ROBSON DOS SANTOS LIMA** e **ROSIRENE DOMINGOS DA SILVA**, celebrado aos vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezoito (24/02/2018), às 19:00 horas, na(a) igreja Evangélica Assembleia de Deus Palmeópolis - TO, perante a autoridade Religiosa Pr. RONALDO SILVERIO RAMOS e na presença das testemunhas maiores e capazes.

O primeiro contraente é de nacionalidade Brasileiro, nascido em Morro do Chapéu - BA, no dia vinte e oito de junho de mil novecentos e sessenta e nove (28/06/1969), estando hoje com 48 anos de idade, de profissão Motorista, divorciado, de acordo com Certidão de Casamento que foi registrada no termo: 13, de Idália Alves da Silva, a dissolução do casamento anterior ocorreu aos treze de novembro de dois mil e doze (13/11/2012), residente e domiciliado na Av. Maranhão s/n, Centro, PALMEIROPOLIS - TO - Cep: 77365-000. Filho de EDVALDO BORGES LIMA, nacionalidade Brasileiro, falecido e EDETILDE DOS SANTOS LIMA, nacionalidade Brasileira, falecida.

A segunda contraente é de nacionalidade Brasileira, nascida em Palmeópolis - TO, no dia doze de janeiro de mil novecentos e oitenta e um (12/01/1981), estando hoje com 37 anos de idade, de profissão do lar, solteira, de acordo com Certidão de Nascimento que foi registrada no termo: 6.017, residente e domiciliada na Rua B nº 180, Setor Bom Tempo, PALMEIROPOLIS - TO - Cep: 77365-000. Filha de GONCIVI FRANCISCO DA SILVA, nacionalidade Brasileiro e ROZEMIRA DOMINGOS DA SILVA, nacionalidade Brasileira.

O regime adotado para vigência do casamento é Comunhão Parcial de Bens. O primeiro contraente, em virtude do casamento, passará a usar o nome de **ROBSON DOS SANTOS LIMA**, e a segunda contraente em virtude do casamento passará a usar o nome de **ROSIRENE DOMINGOS DA SILVA LIMA**.

Exibiram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, constantes dos autos de habilitação de casamento, deste Ofício. O Edital de Proclamas foi afixado no local de costume e publicado no Jornal local em vinte e seis de janeiro de dois mil e dezoito (26/01/2018), e os autos tiveram o parecer favorável do Promotor de Justiça. Para constar, lavro este termo. Eu, *Sousa* NEIVA NUNES SILVA SOUSA, Oficial do Registro Civil que conferi e subscrevo. Matrícula: 1271910155 2018 3 00004 008 0000648 84.

Sousa
NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial(a)

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
VISTOS EM CORREIÇÃO
13103118
[Assinatura]

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - TO
CNS 127191
Selo Digital: AAA001355 - Cod. Seg.: CEP - Quantidade de Ato(s) Praticado(s): 001 -
Emol: R\$ 71,28 - Tx. Judic.: R\$ 4,72 - Total: R\$ 76,00
Consulte a validade no site: <https://corregedoria.tjto.jus.br>

Relatório de Visita de Correição

Termo: 667 **ASSENTO DE CASAMENTO RELIGIOSO COM EFETIVO CIVIL** **AVERBAÇÕES**

Livro: 04 **Folha:** 27

Aos Doze de setembro de dois mil e vinte e dois (12/09/2022), nesta Cidade de PALMEIRÓPOLIS-TO, comarca de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil, em cartório, atendendo ao que foi requerido verbalmente, nos termos da Lei Federal nº 1.110 de 23/05/1950, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 6.015, de 31/12/1973 e artigo 6.216 de 30/06/1975 dos Registros Públicos e artigo 1.516 do Código Civil Brasileiro, conforme processo de habilitação respectivo, INSCREVO, para os fins e efeitos do direito, o matrimônio religioso de **DIONATAN PEREIRA DA SILVA RAMOS** e **LUDIMILA NERES AGUIAR**, celebrado aos nove de setembro de dois mil e vinte e dois (09/09/2022), às 19:00 horas, pela Igreja Assembleia de Deus Madureira, realizado no Espaço Mãe e Filho, Rua 18 nº 1.731- Jardim das Palmeiras Palmeirópolis - TO, perante a autoridade Religiosa o Pr. Jerônimo Valdomiro de Souza e na presença das testemunhas: maiores e capazes.

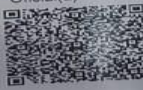
O primeiro contraente é de nacionalidade Brasileiro, nascido em Palmeirópolis - TO, no dia cinco de outubro de mil novecentos e noventa (05/10/1990), estando hoje com 31 anos de idade, de profissão vendedor de comércio varejista, divorciado, de acordo com Certidão de Casamento que foi registrada no termo 1456, de JESSICA ALVES DE CARVALHO, a dissolução do casamento anterior ocorreu aos quatro de fevereiro de dois mil e vinte (04/02/2020), residente e domiciliado na Rua 09 nº 580, Centro, Palmeirópolis - TO. Filho de ISAIAS DE ALMEIDA RAMOS e OTACILIA PEREIRA DA SILVA, nacionalidade Brasileiros, ela falecida.

A segunda contraente é de nacionalidade Brasileira, nascida em Figueirópolis - TO, no dia três de novembro de mil novecentos e noventa (03/11/1990), estando hoje com 31 anos de idade, de profissão enfermeira, divorciada, de acordo com Certidão de Casamento que foi registrada no termo 615, de ADEMILTON FERNANDES DA SILVA, a dissolução do casamento anterior ocorreu aos doze de outubro de dois mil e vinte um (19/10/2021), residente e domiciliada na Av. 12 de Março nº 1.151 Jardim das Palmeiras, Palmeirópolis - TO. Filha de JOSÉ MARTINS DE AGUIAR e EDIONE NERES DA SILVA AGUIAR, nacionalidade Brasileiros, residentes no Município de Figueirópolis - TO.

O regime adotado para vigência do casamento é Comunhão Parcial de Bens. Os contraentes em virtude do casamento, continuaram a usar os mesmos nomes: **DIONATAN PEREIRA DA SILVA RAMOS** e **LUDIMILA NERES AGUIAR**.

Exibiram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, constantes dos autos de habilitação de casamento, deste Ofício. O Edital de Proclamas foi afixado no local de costume e publicado no jornal local em 20/07/2022. Para constar, lavro este termo. Eu, **NEIVA NUNES SILVA SOUSA**, Oficial do Registro Civil que confere e subscrevo. Matrícula: 127191 01 55 2022 3 00004 27 0900667-51.

NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial(a)



PODER JUDICIÁRIO-TJTO
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS -TO
CNS 127191
AAA015018 - CPE
Consulte a validade no site: <https://corregedoria.tjto.jus.br>

RCPN - Livro C - Registro de Óbitos (Lei n. 6.015/73 – Art. 33, IV)

03 29/08/2016

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

Último ato: Assento de Óbito de folha n. 286, termo 1704, selo n. 127191AAA017059-MUR.

A serventia mantém a documentação pessoal dos declarantes arquivadas,

Relatório de Visita de Correição

bem como a Declaração de Óbito respectiva. Os selos do QR Code consultados estão de forma regular, fazendo busca ao selo de registro.

Ocorrência

Do exame correcional, constatou-se que a serventia migrou do sistema Arpensoft para o Nocartório, todavia, o novo sistema está fazendo a impressão de selos cujo número está incompleto, não constando o CNS da serventia descrito, conforme imagem.

Foi verificado, ainda, que nos assentos feitos por meio do antigo sistema (Arpensoft) não era constado o número da Declaração de Óbito no assento, todavia, o novo sistema (Nocartório) passou a constar.

Achado 2

Deliberação

A obrigação de observar os elementos constitutivos do selo decorre da exigência contida no art. 275 do Provimento n. 03/2023/CGJUS/TO, que preconiza que cada Selo de Fiscalização Eletrônico ostentará sequência alfanumérica única, sendo composto pelo Código CNS da serventia, pelo Código do Selo e também pelos Dígitos Verificadores.

Dessa forma, a Delegatária deverá atentar-se, doravante, para a correta impressão de selos nos atos, de modo que estejam completos e em consonância com o formato padrão exigido, observando as exigências do dispositivo legal mencionado.

Relatório de Visita de Correição

garcia
Intervir



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Palmeirópolis - TO
Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais
AV. CASTELO BRANCO 1438 - CENTRO - CEP: 77.365-000
Telefone: (63) 3306-1671
NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador
Neuza Nunes da Silva - Oficial Substituto

Neuza

LIVRO: 3 - C FOLHA: 286 TERMO: 1704

Matrícula: 1271910155 2023 4 00003 286 0001704 12

Aos 08 (oito) de março de 2023 (dois mil e vinte e três), neste Serviço Registral de OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, Estado de Tocantins, compareceu BENILDES JESUS DO NASCIMENTO SOUZA, que porta a C.I. 2718041 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob o nº 775.734.041-15, exibindo DO n° 343990121, firmada pelo Médico Dr. RODOLFO CASTRO BORCHIO, CRM 18233 - GO, e declarou que faleceu ao primeiro (01) dia de março (03) de dois mil e vinte e três (2023) às 09:20:00, em consequência de Morte Natural, causas da morte CAQUEXIA, CARDIOPATIA CHAGASICA CRÔNICA e ESOFAGOPATIA CHAGASICA CRÔNICA, no Hospital, Rua 16 nº 146 Setor Alto da Boa Vista, na cidade Palmeirópolis - TO, faleceu:

De Cujus: RAIMUNDO EURICO MARTINS natural de Ipameri - GO, com residência e domicílio no endereço RUA ANA ROSA, S/Nº - LAR DOS IDOSOS - Setor Alto da Boa Vista, CEP: 77365-000 - Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascido ao décimo sexto (16) dia de setembro (09) de um mil e novecentos e trinta (1930), capaz, solteiro, Aposentado, que porta a C.I. 1247636 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob o nº 245.905.841-15, filho de JOSE MARTINS DE ALMEIDA e MARIA BENTA MARTINS. O De Cujus com a idade de 92 anos, não era eleitor, não deixou nenhuma(s) viúva(s) ou companheiro(a) e não deixou filhos, não deixou benefícios, não há conhecimento de bens a inventariar e não há conhecimento de testamento.

O corpo foi sepultado Cemitério de Palmeirópolis - TO.

Do que, para constar, foi lavrado este termo que lido e achado conforme, vai assinado pelo declarante.

Eu NEIVA NUNES SILVA SOUSA Oficial Registrador do Registro Civil, que o digitei, dou fé e assino.

Neuza

Benildes J. N. Souza
Benildes Jesus do Nascimento Souza, Declarante

PODER JUDICIÁRIO - TO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Centro de Registra Civil de Pessoas Naturais - Palmeirópolis - TO
Neiva Nunes Silva Sousa - Oficial Registrador

Numero de Ordem: 11132 Data: 08/03/2023
Emolumento: R\$0,00 Taxa Just: R\$0,00 ISSQN: R\$0,00 Fundos: R\$0,00 Total: R\$0,00
Data Emissão do Documento: 08/03/2023
Computo e emissão deste documento: 08/03/2023
Em: 08/03/2023 NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador



Página: 52/521



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
ESTADO DO TOCANTINS

Relatório de Visita de Correição

 **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
Palmeirópolis - TO
Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais
AV. CASTELO BRANCO 1438 - CENTRO - CEP: 77.365-000
Telefone: (63) 3386-1471
NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador
Neuza Nunes da Silva - Oficial Substituto

LIVRO: 3 - C **FOLHA: 286** **TERMO: 1704**

Matrícula: 1271910155 2023 4 00003 286 0001704 12

Aos 08 (oito) de março de 2023 (dois mil e vinte e três), neste Serviço Registral de OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, Estado de Tocantins, compareceu BENILDES JESUS DO NASCIMENTO SOUZA, que porta a C.I. 2718041 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob o nº 775.734.041-15, exibindo DO n°343990121, firmada pelo Médico Dr. RODOLFO CASTRO BORCHIO, CRM 18233 - GO., e declarou que faleceu ao primeiro (01) dia de março (03) de dois mil e vinte e três (2023) às 09:20:00, em consequência de Morte Natural, causas da morte CAQUEXIA, CARDIOPATIA CHAGASICA CRÔNICA e ESOFAGOPATIA CHAGASICA CRÔNICA, no Hospital, Rua 16 nº 146 Setor Alto da Boa Vista, na cidade Palmeirópolis - TO, faleceu.

De Cujus: **RAIMUNDO EURICO MARTINS** natural de Ipameri - GO, com residência e domicílio no endereço RUA ANA ROSA, S/Nº - LAR DOS IDOSOS, Setor Alto da Boa Vista, CEP: 77365-000, Palmeirópolis - TO, de nacionalidade brasileira, maior, nascido ao décimo sexto (16) dia de setembro (09) de um mil e novecentos e trinta (1930), capaz, solteiro, Aposentado, que porta a C.I. 1247636 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob o nº 245.905.841-15, filho de JOSÉ MARTINS DE ALMEIDA e MARIA BENTA MARTINS. O De Cujus com a idade de 92 anos, não era eleitor, não deixou nenhuma(a) viúva(a) ou companheiro(a) e não deixou filhos, não deixou benefícios, não há conhecimento de bens a inventariar e não há conhecimento de testamento.

O corpo foi sepultado Cemitério de Palmeirópolis - TO.

Do que, para constar, foi lavrado este termo que lido e achado conforme, vai assinado pelo declarante.

Eu NEIVA NUNES SILVA SOUSA Oficial Registrador do Registro Civil, que o digitei, dou fé e assino.

Benildes Jesus do Nascimento Souza
Benildes Jesus do Nascimento Souza, Declarante

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais - Palmeirópolis - TO
NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador

Número de Ordem: 11132 Data: 08/03/2023
Emolumento: R\$0,00 Taxa Jud: R\$0,00 ISSQN: R\$0,00 Fundos: R\$0,00 Total: R\$0,00
Belo Sistema de Fiscalização: AAAD17059 Código de Validação: MUR
Consulte a autenticidade deste selo em <http://www.tjto.jus.br>
Em: 08/03/2023 NEIVA NUNES SILVA SOUSA - Oficial Registrador



RCPN - Livro C Auxiliar - Registro de Natimortos (Lei n. 6.015/73 – Art. 33, V)

2 AUX 02/07/2018

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

Último ato: Assento de Natimorto de folha 05, termo 29, Selo n. 127191AAA015321-AMR.

Relatório de Visita de Correição

Ocorrência

Desde a abertura do livro, constam apenas 5 registros, sendo que nenhum deles possui a descrição do número da Declaração de Óbito.

Além disso, analisando o assento de folha 05, termo 29, selo n. 127191AAA015321 - AMR, constatou-se que o nome da mãe do natimorto descrito no assento está divergente do nome da mãe informado no sistema GISE, conforme imagem.

O QR Code está regular, fazendo a busca pelos selos dos registros.

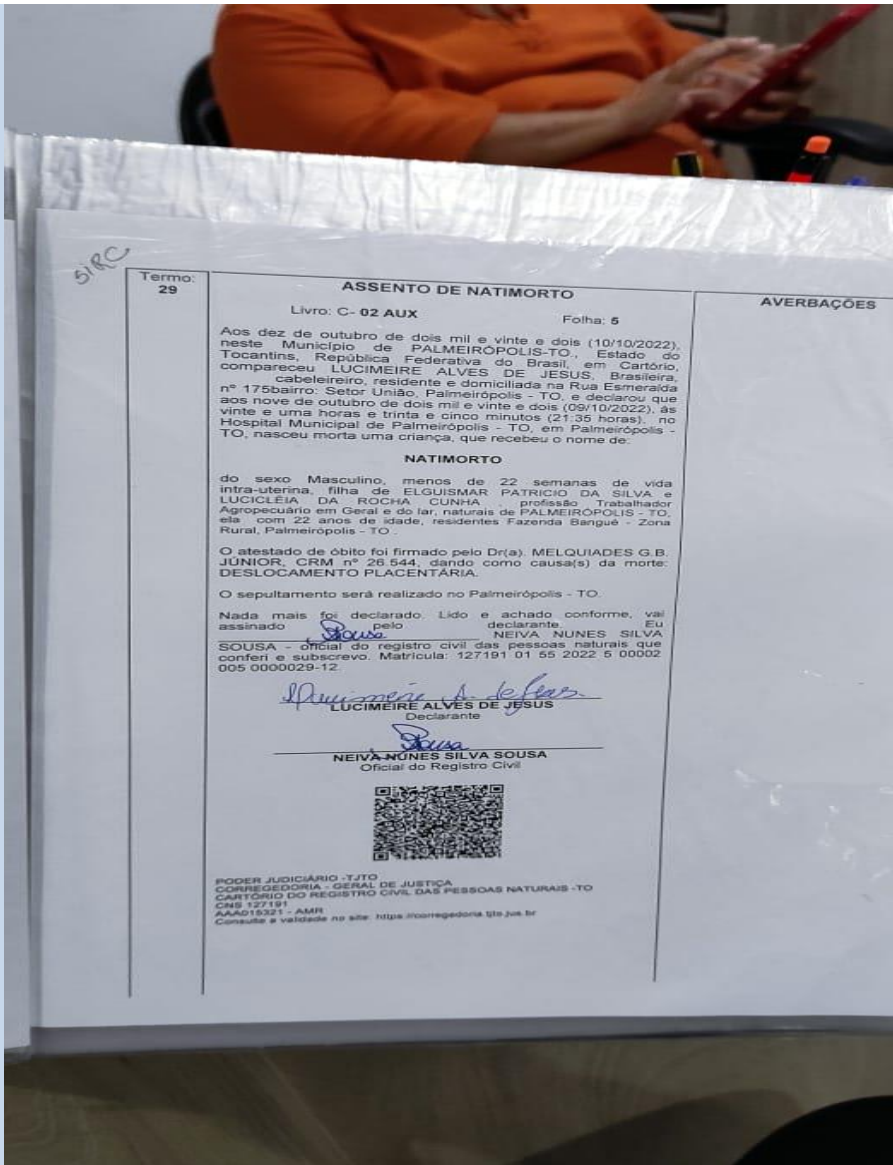
Achado 2

Deliberação

Diante da inconsistência verificada acerca do assento de folha 05, deverá a Interina promover a correção dos dados lançados no sistema GISE, relativos ao selo n. 127191AAA015321, devendo as informações comportar total consonância com os dados contidos nos registros.

Além disso, no que concerne ao número da Declaração de Óbito, este deverá, em todos os assentos, estar descrito, conforme exigência do inciso XIII do art. 867 do Provimento n. 03/2023/CGJUS/TO, devendo a Interina, doravante, assim, proceder.

Relatório de Visita de Correição



Assento de Natimorto

Termo: 29
Livro: C-02 AUX
Folha: 5

Aos dez de outubro de dois mil e vinte e dois (10/10/2022), neste Município de PALMEIROPOLIS-TO., Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil, em Cartório, compareceu LUCIMEIRE ALVES DE JESUS, Brasileira, cabeleleiro, residente e domiciliada na Rua Esmeralda nº 175 bairro: Setor União, Palmeiropolis - TO, e declarou que aos nove de outubro de dois mil e vinte e dois (09/10/2022), às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos (21:35 horas), no Hospital Municipal de Palmeiropolis - TO, em Palmeiropolis - TO, nasceu morta uma criança, que recebeu o nome de:

NATIMORTO

do sexo Masculino, menos de 22 semanas de vida intra-uterina, filha de ELGUISMAR PATRICIO DA SILVA, e LUCICLEIA DA ROCHA CUNHA, profissão Trabalhador Agropecuario em Geral e do lar, naturais de PALMEIROPOLIS - TO, ela com 22 anos de idade, residentes Fazenda Sangue - Zona Rural, Palmeiropolis - TO.

O atestado de óbito foi firmado pelo Dr(a) MELQUIADES G.B. JUNIOR, CRM nº 26.544, dando como causa(s) da morte: DESLOCAMENTO PLACENTARIA.

O sepultamento será realizado no Palmeiropolis - TO.

Nada mais foi declarado. Lido e achado conforme, vai assinado pelo declarante, Eu

Lucimeire Alves de Jesus
LUCIMEIRE ALVES DE JESUS
Declarante

Neiva Nunes Silva Sousa
NEIVA NUNES SILVA SOUSA
Oficial do Registro Civil

PODER JUDICIÁRIO - TJTO
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - TO
ONS 127191
AAR019321 - AMR
Consulte e valide no site: <https://corregedoria.tjto.jus.br>

RCPN - Livro D - Registro de Proclama (Lei n. 6.015/73 – Art. 33, VI)

3 29/08/2016

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

Último ato: Assento de Edital de Proclamas de folha 273, termo 2401, selo n. 127191AAA017092-IHN.

Relatório de Visita de Correição

Achado 2	Ocorrência Da análise correcional do livro, foi constatado que, quando da utilização do novo sistema de automação, o Nocartório, o selo de fiscalização está sendo impresso de forma incompleta, pois ausente o número do CNS da serventia. O mesmo ocorre com os livros de nascimento e óbito. A consulta ao QR Code está regular. O livro também possui índice.
	Deliberação A obrigação de observar os elementos constitutivos do selo decorre da exigência contida no art. 275 do Provimento n. 03/2023/CGJUS/TO, que preconiza que cada Selo de Fiscalização Eletrônico ostentará sequência alfanumérica única, sendo composto pelo Código CNS da serventia, pelo Código do Selo e também pelos Dígitos Verificadores. Dessa forma, a Interina deverá atentar-se, doravante, para a correta impressão de selos nos atos, de modo que estejam completos e em consonância com o formato padrão exigido, observando as exigências do dispositivo legal mencionado, devendo buscar a regularidade junto ao sistema de automação Nocartório.

RCPN - Livro de Protocolo - Art. 692, I do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Achado 1	Ocorrência A serventia não possuía um livro para o protocolo. A Interina procedia com as informações em um livro físico de forma manual, conforme foto anexa. Com o novo sistema de automação utilizado (NoCartório), foi possível verificar a existência do livro na plataforma, o qual vem sendo gerado de forma automática à medida em que são formalizados os registros.	Todavia, em análise do livro automatizado, verifica-se que falta campo destinado ao selo utilizado e campo destinado às anotações.
	Deliberação Nos termos do artigo 693 do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO, o Livro de Protocolo deverá conter colunas ou campos destinados às seguintes anotações: número de ordem, data, nome do requerente, natureza do título ou ato, informações remissivas e número do selo eletrônico de fiscalização.	

Relatório de Visita de Correição

Deste modo, a Interina deverá atentar-se ao lançamento completo de todas as informações acima elencadas.

data					
17176	João Ribeiro Constantino (Certidão)	A-19	179	17/03	
17176	Shantay Bandeira Costa (2ª Vig.)	A-9	10	17/03	
17177	Valdeci Afonso de Souza (cert. Eltron)	A-13	02 V	17/03	
17178	Landemar Pereira da Silva (cert. Eltron)	A-22	150	17/03	
17179	Nilton de Paula e Claudineia	B-04	135	20/03	
17180	" " "	"	"	"	
17181	" " "	"	"	"	
17182	Odete Gabriel e Irmã (avaliação)	B-2	17	20/03	
17183	" " " (certidão)	"	"	"	
17184	" " " (avaliação)	"	"	"	
17185	Edvaldo Luiz e Ivani (certidão)	B-1A	104	20/03	
17186	" " " (avaliação)	"	"	"	
17187	Eurival Barbosa e Nêdi (avaliação)	B-13	62	20/03	
17188	" " " (avaliação)	"	"	"	
17189	" " " (certidão)	"	"	"	
17190	Ramon e Kleusa Cecilio (Certidão)	B-4	173	20/03	
17191	" " " (avaliação)	"	"	"	
17192	Gabriel Bezuman Rodrigues (Protocolo)	A-19	178	20/03	
17193	" " " (Registro)	"	"	"	
17194	" " " (informação)	"	"	"	
17195	" " " (Certidão)	"	"	"	

Relatório de Visita de Correição

RCPN - Livro E Auxiliar - Registro de Emancipações, Interdições e Outros (Lei n. 6.015/73 – Art. 89)

E-2 15/11/2016

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Último ato: Registro de Emancipação de Thauani Cristiny Araújo Parreira, folhas 18, termo 32, decorrente de escritura pública lavrada no livro 14, folhas 17, datada de 13/01/2023 do Tabelionato Rodrigues, sem selo de fiscalização informado.

Em análise ao último registro do livro, constatou-se a inexistência de menção ao selo de fiscalização utilizado. Quando questionada acerca de tal fato, a Interina atribuiu esses erros ao sistema de automação anteriormente utilizado pela serventia, o ArpenSoft. A Interina conseguiu localizar os selos utilizados no ato, informando que é o selo n. 127191AAA016519.

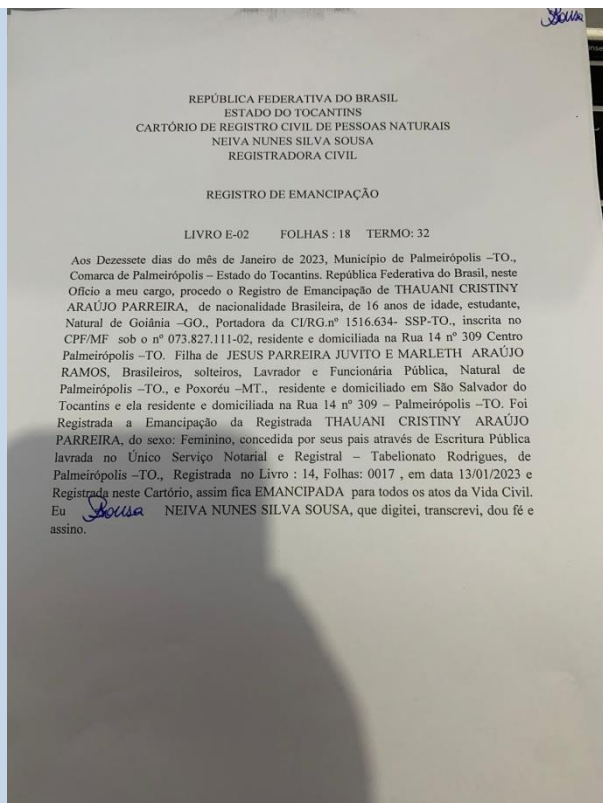
Todavia, analisando o selo, verifica-se a menção errada ao número de folha do registro. No livro, o registro está na folha 18, enquanto no sistema GISE consta a folha de número 15.

Deliberação

Diante da irregularidade apontada acerca da inconsistência de informações de páginas, deverá a Interina promover a correção dos dados lançados no sistema GISE, relativos ao selo n. 127191AAA016519, devendo estes comportar total consonância com as informações contidas nos registros.

Achado 1

Relatório de Visita de Correição



Ocorrência

Em vista ao registro da emancipação por escritura pública lavrada em favor de Bianca Rayssa Paniago, folha 17, termo 31, denota-se a mesma situação pontuada no achado acima, qual seja, inexistência de menção ao selo utilizado.

Achado 2

Deliberação

A Interina deverá localizar e apresentar o selo de fiscalização do ato, constando-o no respectivo registro.

Frisa-se que nos próximos registros, a Interina deverá fazer constar expressamente o número do selo utilizado no ato, bem como as informações discriminadas relativas aos emolumentos.

Relatório de Visita de Correição

Comentário Geral dos Livros

Tipo

Ocorrência / Deliberação

Relatório de Visita de Correição

Observação Geral	
Tipo	Ocorrência / Deliberação

Relatório de Visita de Correição

Conclusão

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, no exercício de sua atribuição precípua de exercer a vigilância, controle, planejamento, supervisão, orientação e fiscalização disciplinar dos serviços notariais e de registro em todo o Estado do Tocantins, realizou a Correição Ordinária na serventia de forma presencial, com a visualização por amostragem dos atos e documentos lavrados e registrados pela Interina. Atos esses, devidamente listados neste Relatório de Correição.

Assim, com fulcro no inciso V do art. 74 da Resolução n. 8/2021, apresentamos o relatório circunstanciado do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da comarca de Palmeirópolis/TO, elaborado com base nos dados extraídos do Sistema GISE e dos sistemas que escoram a serventia, bem como nas informações coletadas durante a visita presencial, com os apontamentos discriminados por especialidade para aprovação e deliberações.

Relatório de Visita de Correição

Neiva Nunes Silva Sousa
INTERINO

Carla Rejany Pimenta de Andrade
Chefe da Divisão da Correição e Fiscalização

Wagner José dos Santos
Coordenador dos Serviços Notariais e de Registro

ESMAR CUSTODIO VENCIO FILHO
Juiz Auxiliar Supervisor dos Serviços Notariais e
de Registro

MAYSA VENDRAMINI ROSAL
Corregedora-Geral da Justiça